

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2010
(do Senhor Raul Jungmann)**

Requer seja realizada reunião de Audiência Pública para discussão de uma nova política de combate às drogas.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 24 c/c 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para discussão de uma nova política de combate às drogas, com a presença das seguintes autoridades:

- 1) Senhor Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas;
- 2) Senhor Ricardo Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- 3) Senhor Rubem César Fernandes, Secretário da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia;
- 4) Senhor Luiz Fernando Correa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

JUSTIFICATIVA

Em novembro de 2009, o governo federal criou um programa intitulado como “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência”. Referida iniciativa foi implementada através de esforços conjuntos da Secretaria Nacional Antidrogas e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci.

Em participação de Audiência Pública nesta Casa, através de convite feito pela CPI da Violência Urbana, o senhor Ricardo Balestreri evidenciou a estratégia da presença do Estado nas regiões com altos índices de criminalidade através do Pronasci. Paralelamente, o programa de combate às drogas se propôs a ações de reinserção social, especialmente, de jovens entre 12 e 29 anos. Num primeiro momento, as ações se concentrariam em territórios de conflito das regiões metropolitanas de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ),

Vitória (ES), Salvador (BA), Distrito Federal (DF) e entorno que, no total, abrangem cerca de 22 milhões de habitantes.

No sítio eletrônico da Secretaria Nacional Antidrogas, tem-se a informação de que as referidas ações integradas de combate às drogas seriam, continuamente, avaliadas por instituição de ensino superior.

De outro lado, na página do meu blog (www.rauljungmann.com.br), uma enquete referente à atual política antidrogas não tem refletido a satisfação dos eleitores. Resultados recentes demonstram que mais de 70% (setenta por cento) dos votantes são favoráveis a descriminalização de usuários e ao estabelecimento de penas mais duras para traficante e, ainda, menos de 30% (trinta por cento) dos votantes aprovam a atual política antidrogas.

Decorridos pouco mais de quatro meses da implantação das “Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência” e face ao suposto impacto negativo sobre a população, não só quanto às iniciativas do Poder Executivo mas, quanto à sua adequada instrumentalização através de leis modernas, fazem-se necessárias as presenças, igualmente, do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Secretário da Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia de maneira a trazerem informações sobre suas experiências e reclamações sobre as lacunas legislativas, impeditivas de uma política antidrogas mais eficaz.

Neste sentido, reitero o pedido de Audiência Pública para que nós, do Poder Legislativo, possamos cooperar de maneira mais incisiva sobre as falhas que o atual sistema apresenta.

Sala das Sessões, em de março de 2010.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE